

Junqueira anuncia devassa na rede de saúde do Rio

Rio — Os Ministérios Públicos estadual e federal instauraram ontem, inquérito civil público conjunto para apurar “fatos e responsabilidades” relativos ao caos já nas redes de saúde da União, do estado e dos municípios no Rio de Janeiro. A medida foi anunciada pelo procurador-geral da República, Aristides Junqueira, e pelo procurador-geral de Justiça, Antônio Carlos Biscaia, em solenidade na Procuradoria geral de Justiça, de que também participaram representantes da Associação Médica Brasileira, Federação Nacional dos Médicos e do sindicato da categoria no estado. O inquérito poderá originar uma ação judicial para obrigar as autoridades a darem condições de funcionamento à rede pública de saúde.

Junqueira afirmou que a precariedade do setor no estado é tão grande que não haveria condições de a rede realizar 10 cirurgias de emergência ao mesmo tempo. Ele explicou que o objetivo do inquérito é fazer, com apoio das entidades médicas, um diagnóstico detalhado

dos problemas do setor e, encerrado o trabalho, fazer recomendações às autoridades — só será ajuizada uma ação civil pública para obrigar as autoridades a promoverem mudanças no setor caso as recomendações “não sejam suficientes”.

A investigação será conduzida pelo procurador da República, Gustavo Tepedino e pelo promotor Alexandre Araripe Marinho, que assinaram a portaria conjunta nº 1/94, instaurando o inquérito.

Depoimentos — “Talvez tenhamos até que perquirir o ensino de medicina”, disse Junqueira, que também não descartou a possibilidade de, na investigação, serem ouvidos depoimentos de secretários ou ex-secretários de Saúde.

Já Antônio Carlos Biscaia disse que as autoridades federais, estaduais e municipais da área de saúde, freqüentemente, “empurram” umas para as outras as responsabilidades sobre os problemas do setor. Ele afirmou que, no caso de o inquérito encontrar indícios de crime, estes serão apurados à parte, em inquérito criminal específico.



Francisco Stuckert

Junqueira foi ontem ao Rio para instaurar inquérito sobre a falência do sistema de saúde local